

ACTA N.º 03/2011

----- Acta da sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Cantanhede, realizada no dia 27 de Junho de 2011-----

----- Aos 27 dias do mês de Junho de 2011, pelas 17 horas e 15 minutos, no Salão Nobre dos Paços do Município, reuniu a Assembleia Municipal em Sessão Pública Ordinária, com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

1 - Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara;-----

2 – Apreciação, discussão e votação do Plano de Saneamento Financeiro – 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Ano de 2011;-----

3 - Apreciação, discussão e votação da proposta de renovação da isenção do IMI dos imóveis propriedade da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia;-----

4 - Apreciação, discussão e votação da proposta de alienação à ABAP – Associação Beira Atlântico Parque dos lotes n.ºs 14 e 15 da Zona Industrial de Cantanhede, integrados no Parque Tecnológico de Cantanhede, com a conversão do valor da venda no aumento de participação do Município no património associativo daquela Associação;-----

5 - Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2011.-----

----- Iniciada a sessão, o Sr. Presidente da Assembleia informou haver necessidade de convidar um elemento da Assembleia Municipal para formar a Mesa da Assembleia, em virtude de ter faltado a 2ª. Secretária, Drª. Laura Maria Mateus Domingues Costa. Deste modo foi convidado o Sr. Engº. Rogério Paulo Simões Marques.-----

----- A Mesa foi desta forma recomposta de acordo com o preceituado pelo Regimento desta Assembleia, sendo então o lugar de 2º Secretário ocupado, a convite do Sr. Presidente da Assembleia, pelo Sr. Engº. Rogério Paulo Simões Marques.-----

----- Composta então a Mesa da Assembleia foi dado formalmente início à sessão, começando por se verificar as presenças e ausências operadas, que foram as seguintes:-----

----- Pedidos de substituição do Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Outil, pela sua Secretária, D. Rosa Maria Marques Silva Gabriel, conforme documento apresentado. Justificação da falta de Drª. Laura Maria Mateus Domingues Costa, Drª. Joana Inês de Jesus Seabra Malta, Dr. Pedro Alexandre da Cruz Bento, Engª. Lénia Catarina Rato Monteiro, todos por motivos profissionais, conforme documentos apresentados. Justificação também da falta do Sr Dr. Carlos Alberto Miranda de Jesus Pessoa, Sr. Jorge Cruz Guerra e dos Srs Presidente das Juntas de Freguesia de Bolho e do Corticeiro de Cima. .-----

----- Presença dos restantes membros da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida, foi presente a acta nº. 02/2011 da sessão da Assembleia Municipal de 28 de Abril, que posta à votação, foi aprovada por unanimidade.-----

----- O Sr. Presidente da Assembleia deu conhecimento do expediente chegado à Mesa da Assembleia, no período de 29 de Abril e 27 de Junho de 2011, informando que o mesmo se encontra disponível, a exemplo do que é hábito, para consulta de qualquer membro da Assembleia Municipal.-----

----- De seguida o Sr. Presidente da Assembleia deu início ao período Antes da Ordem do Dia, começando por intervir o Sr. Prof. Abel Carapeto questionando, relativamente ao Plano Operacional de Combate a Incêndios, quais as medidas

tomadas para garantir a limpeza das matas nos caminhos de acesso e que meios serão disponibilizados pela Autarquia. Pediu esclarecimentos sobre o ponto de situação do Centro Educativo de Ançã e do Complexo Desportivo de Ançã. Apresentou ainda uma recomendação sobre a redução do consumo de energia eléctrica, do seguinte teor: “No sentido de reduzir a despesa municipal com o consumo de energia eléctrica é fundamental tomar medidas preventivas, que possibilitem uma significativa redução das despesas energéticas. Nesta perspectiva, os deputados municipais do PS recomendam à Câmara Municipal de Cantanhede que proceda: a) À monitorização do consumo de energia dos edifícios municipais, através da redução do consumo, privilegiando a utilização de lâmpadas economizadoras e da sensibilização de todos os funcionários e demais utilizadores da necessidade de racionalizar o consumo de energia, através de pequenos gestos, como desligar as luzes, os computadores e todos os equipamentos eléctricos, quando não há necessidade ou quando não estão a ser utilizados; b) Ao investimento em equipamentos produtores de energias alternativas, como os painéis solares térmicos, as mini-eólicas e de todos os recursos possíveis de produzir energia; c) À elaboração de um Regulamento de Energia, de forma a promover a eficiência energética de todos os edifícios.” -----

----- De seguida foi dada a palavra à Sr^a. Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede a qual informou que no dia próximo dia 28 de Junho se irá realizar no Centro Paroquial de Cantanhede uma Palestra de apresentação do Projecto «Descobre outros prazeres», convidando todos os elementos da Assembleia Municipal a estarem presentes. -----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados, começando por informar de que o Plano Operacional

continua o trabalho iniciado nos anos anteriores, melhorando as condições e assegurando as parcerias necessárias com os Bombeiros Voluntários de Cantanhede. Tem havido também a colaboração de algumas Juntas de Freguesia, concretamente da Cordinhã, com um núcleo de voluntários no terreno. A Câmara tem mantido e reforçado os meios, nomeadamente, ao nível de meios de comunicação com os Bombeiros. Quanto ao Centro Educativo de Ançã informou que aquele equipamento entrará em funcionamento no início do próximo ano lectivo de 2011/2012. Relativamente ao Complexo Desportivo de Ançã já foi celebrado o contrato e remetido ao Tribunal de Contas, estando por conseguinte a aguardar-se o respectivo Visto. Quanto à questão do consumo de energia eléctrica é uma preocupação do Município, estando já uma equipa a fazer estudos para apresentação de propostas de diminuição de custos e de sensibilização. Inclusive ao nível da iluminação das ruas, e durante este período de verão, as lâmpadas já desligam meia hora mais cedo e acendem ao fim do dia meia hora mais tarde. Somando todas estas poupanças há uma economia real para o Município de Cantanhede. Actualmente, existe um protocolo com a EDP para se proceder à substituição das lâmpadas actuais por lâmpadas LED, numa primeira fase numa zona específica na cidade de Cantanhede. É, para já, uma experiência piloto. Quanto aos equipamentos colectivos onde normalmente se consome muita energia, como as piscinas e todo o Parque Tecnológico, está já uma equipa a fazer um estudo de poupança. Inclusive com indicação para utilização de outros tipos de fontes de energia. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Engº. Rogério Marques para sublinhar os seguintes aspectos no que respeita ao combate a incêndios: - a primeira intervenção é da máxima importância; - O equipamento de comunicação existente actualmente, onde

foram adquiridos sete rádios de comunicação, veio facilitar a articulação com as diversas entidades. Informou ainda de que a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Cantanhede tem em curso a aquisição de uma nova viatura de combate rápido a incêndios. A colaboração das Juntas de Freguesia tem sido muito importante em todo este processo, realçando o bom exemplo da Freguesia de Cordinhã. -----

----- Interveio novamente a Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede informando da atribuição do nome de rua «José Júlio Mendes», na Cidade de Cantanhede, em homenagem ao anterior Presidente da Junta de Freguesia de Cantanhede. A rua com este nome ficará no seguimento da Rua Salgueiro Maia. -----

----- Pediu de seguida a palavra o Presidente da Junta de Freguesia da Cordinhã começando por agradecer à Câmara o apoio prestado à Feira do Vinho, constituindo aquele certame um orgulho para a Freguesia. Agradeceu igualmente à Câmara, ao Serviço Municipal de Protecção Civil e aos Bombeiros Voluntários o apoio prestado à Equipa de Voluntários que, no presente ano, a Junta de Freguesia tem para combate aos incêndios. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Prof. Armindo Grilo começando por elogiar a Câmara Municipal pelas medidas tomadas na poupança de energia. Referindo-se à questão do saneamento/tratamento dos esgotos informou haver ainda munícipes no Concelho a lançar os esgotos para terrenos, lançando o repto para que na próxima Assembleia Municipal a Câmara Municipal apresente o ponto da situação relativamente a este tema. -----

----- Foi de seguida dada a palavra ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha alertando para o facto de Portugal estar em sérias dificuldades no que toca à agricultura. Ao longo deste últimos anos a Europa Comunitária foi-nos pagando para

não produzir. E agora estamos nesta situação em termos alimentares muito difícil. Pede ao Sr. Presidente da Câmara para junto do Governo ser o porta voz da nossa região, enquanto região predominantemente agrícola. Afirmou ser necessário e importante voltarmos a algumas medidas que foram retiradas aquando da nossa adesão à Europa, que impuseram normas rígidas. Falou da agricultura de complementaridade, onde esta complementava a reforma das pessoas. Falou no caso da criação de porcos (ou bezerros) em casa, que era possível até 3 ou 4 porcos e agora é ilegal; Falou das pequenas hortas que as pessoas tinham e que acabaram. Afirmou ser necessário voltar à agricultura; à pequena agricultura, que vai ser muito importante para o nosso futuro. Portanto, cabe, na sua opinião, aos Presidente de Câmara em conjunto e em sede da Associação Nacional de Município Portugueses, alertar o Governo para esta situação, permitindo algumas medidas existentes desde tempos idos. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia declarando que actualmente existe um grave problema fundiário no país. Quem é detentor de terras não a trabalha. Esta situação era ultrapassada se houvesse vontade política para alterar este estado de coisas. Antevê um cenário dantesco ao nível da economia mundial: problemas na Grécia, E.U.A., Japão, China. É necessário e de fulcral importância a criação de bolsas de terreno. Trata-se de uma situação de sobrevivência. Para se ser uma grande potência tem de se ter poder bélico, energia e comida. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados informando de que o ponto da situação sobre o saneamento será feito, juntamente com o Presidente do Conselho de Administração da Inova, e de forma sucinta será o trabalho apresentado numa próxima sessão da

Assembleia Municipal com o evoluir da situação. Sobre a problemática da agricultura concorda com o que foi dito. O mercado global tem coisas boas, mas também reflexos negativos. Veja-se o caso de uma empresa do Concelho de Cantanhede que produz leite e que não o consegue vender a grandes superfícies, que vão buscar leite mais barato à Polónia e Alemanha. Como não consegue competir com estes preços e não consegue colocar o leite no mercado, não tem capital, pelo que vai colocar cerca de 60 trabalhadores no desemprego. É isto a globalização. E não é fácil ultrapassar esta situação. -----

----- De seguida interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã declarando concordar com as intervenções anteriores relativamente ao tema da agricultura. Neste momento em Portugal há um desnorte total relativamente à agricultura, como é o caso dos apoios dados para o arranque da vinha. Depois dão apoios para voltar a plantar a vinha no mesmo local. A batata não é rentável. A uva para entregar na Adega para produzir vinho não é rentável. Esta é a realidade da nossa agricultura. -----

----- Em direito de resposta, tomou novamente a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal dizendo que não adianta carpir mágoas sobre a nossa realidade. Não foram renovadas as pessoas que trabalham a terra. E aquelas que actualmente trabalham na agricultura já têm uma idade avançada. E, o mais grave é que ao longo dos últimos anos não foram passados os «saberes» aos mais novos. Hoje em dia somos uns ignorantes do ponto de vista agrícola. E a fome é uma questão de interesse público, sendo que a Câmara tem mecanismo para tratar destes assuntos de interessa público. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Dr. Carlos Ordens sugerindo, como uma das medidas de apoio aos agricultores, transformar a Feira Quinzenal de Cantanhede em feira

semanal e de preferência ao sábado, incentivando a venda de produtos locais e biológicos, a exemplo da feira da Tocha, onde aos domingos se encontram à venda produtos locais. -----

----- O Sr. Presidente da Câmara tomando a palavra informou que no âmbito da requalificação do Mercado Municipal de Cantanhede está previsto uma feira local de produtos biológicos, provavelmente ao sábado, com o intuito de promover a venda destes produtos. -----

----- Seguidamente interveio o Sr. Enf^o. Maia Gomes declarando que este tema da agricultura deverá ser cada vez mais discutido pelos eleitos em representação dos cidadãos. Cantanhede poderia ser em termos nacionais uma referência em termos de discussão do assunto sobre a agricultura. Era importante que o Município se virasse para estas matérias e, a exemplo de outras matérias discutidas em colóquios, como é o caso da educação, a biotecnologia, desse atenção ao futuro da nossa agricultura, dado a terra de eleição que temos. Procurar formas de descobrir o que é que a agricultura nos pode trazer em termos económicos, sociais para que o nosso país possa melhorar. -----

----- O Sr. Presidente da Junta de Freguesia de S. Caetano pediu a palavra para felicitar o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha por ter despertado a Assembleia Municipal para esta temática. Há muito tempo que na Assembleia Municipal não se discutia um assunto tão importante e urgente para o país. É necessário repensar a nossa agricultura. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Câmara comentando as palavras proferidas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha quando referiu que antigamente havia uma economia familiar de complementaridade, onde as pessoas tinham uma horta, e criavam uns porquitos ou bezerros. Hoje em dia isso é

impossível, derivado da legislação produzida, muita dela proveniente de directivas impostas pela Comunidade Europeia. Acabou a frota pesqueira; acabaram os incentivos à agricultura. Esta situação tem que dar uma volta com urgência. -----

----- Interveio o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã para recomendar a leitura do livro «O Mundo sem os Europeus». Na sua opinião, e indo um pouco contra a opinião aqui registada, a Europa ainda está muito marcada pelo colonialismo. Mesmo com estas dificuldades o mundo está muito melhor do que há décadas atrás. A Europa pode estar mal, mas o mundo não é só a Europa. E não é com a nossa agricultura de subsistência que conseguimos ter comida, dado o actual ritmo de crescimento da população. O que nos vai salvar é a agricultura dos transgénicos, onde as colheitas são certas e sem epidemias. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Engº. Pedro Carrana que solicitou os seguintes esclarecimentos:- 1- Os poços sinalizados nas Sete Fontes, com lixeira junto aos mesmos continua, apesar do alerta efectuado na última sessão da Assembleia Municipal; 2- Questiona sobre o horário de funcionamento de um Restaurante-Bar na Praia da Tocha (no areal) e qual a sua finalidade; 3- Saiu uma notícia sobre a ausência de casas de banho no Parque de Merendas das Berlengas/Tocha. Qual o ponto de situação?; 4- Qual o plano da Câmara Municipal para o eventual fecho da Inova, conforme preconiza o novo governo para as empresas municipais. Por fim questionou se a Câmara Municipal tinha informações relativamente à Firma Purina, que encerrou e da Lactogal que está a deslocalizar os efectivos da Tocha para Vila do Conde. -----

----- Solicitou ainda a palavra a Srª. Drª. Dulce Santos enaltecendo as intervenções do Sr. Presidente da Assembleia Municipal e do Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha relativamente à questão preocupante da agricultura no país. A

agricultura é um problema de interesse público. É verdade que as pessoas que neste momento trabalham a terra está envelhecida, mas há pequenas surpresas, onde há jovens que cultivam nas varandas dos seus apartamentos para seu consumo os seus legumes. E no que respeita aos apoios que a Comunidade Europeia concedeu não houve fiscalização: houveram casos sérios que investiram bem e deu resultado e noutros casos todos sabemos o que aconteceu. Não podemos culpar a Europa, o Governo a Câmara de tudo porque a consciência ética de cada um é muito importante.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Tocha para reforçar o que já antes tinha dito, salientado que a questão da agricultura actual prende-se com a legislação publicada que é muito rigorosa e não tem em atenção a pequena agricultura de subsistência das famílias, colocando-nos nesta situação de dependência alimentar. Devemos fazer um esforço para que esta legislação seja alterada ou amenizada relativamente ao meio rural.-----

----- De seguida foi dada a palavra novamente ao Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Ançã, para complementar a sua intervenção anterior, referindo que as políticas tomadas onde se iguala o meio rural e o meio citadino é que estão erradas. Os conceitos de vida em cada um deles é diferente, pelo que as políticas devem ter isso em consideração. -----

----- Tomou a palavra o Sr. Presidente da Assembleia Municipal reforçando que a questão das monoculturas que apareceram na geração dos nossos pais destruiu completamente a sustentabilidade dos solos e a biodiversidade. E vai ter de ser resolvido a maneira de fazer agricultura para tanta gente se alimentar, não esquecendo a preservação do meio ambiente. A questão dos químicos que se usam vai ter de ser repensada, porque sem água não há nada. -----

----- A fim de prestar os esclarecimentos solicitados pelo Sr. Engº. Pedro Carrana foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que começou por informar que a questão da Firma Purina foi um negócio que só à posterior é que se soube o que se estava a passar. A Purina, quando foi vendida, era uma Firma que tinha lucro e que foi comprada pela Nanta, que adquiriu outras unidades de produção em Portugal e Espanha, com o intuito e as deslocalizar. No entanto, começou a desmantelar tudo. E não há possibilidade de haver protecção no mercado global que temos actualmente. No que respeita à Empresa Municipal se alguma vez o seu eventual encerramento estiver em cima da mesa com uma determinação superior para o seu encerramento, não podemos fugir à regra e teremos de encerrar a Empresa Municipal, o mesmo acontecendo a outros Municípios, e será absorvida pela Câmara Municipal. Quanto ao W.C. nas Berlengas a Câmara Municipal no ano transacto colocou naquele espaço um equipamento amovível, ficando a Junta de Freguesia da Tocha responsável pela sua manutenção. No entanto, o mesmo foi objecto repetidas vezes de vandalismo e da pouca educação dos utentes. Perante este cenário dantesco, a Câmara Municipal, em concertação com a Junta de Freguesia da Tocha, tomou a decisão de não colocar W.C. naquele espaço, enquanto as pessoas não tiverem educação para utilização de bens públicos. O mesmo tem acontecido nas instalações sanitárias da Quinta de S. Mateus, que mesmo encerradas têm sido alvo de vandalismo. -----

----- Voltou a pedir a palavra o Sr. Engº. Pedro Carrana para insistir na questão do Restaurante/Bar na Praia da Tocha a qual não foi respondida. -----

----- Da parte do Sr. Presidente da Câmara foi dito que o esclarecimento pretendido é da responsabilidade da Administração da Região Hidrográfica do Centro, que eventualmente teremos de contactar, que foi quem licenciou o equipamento. Quanto

ao horário de funcionamento, que é da competência da Câmara Municipal, será tratado a seu tempo, quando requerido pelo concessionário a Câmara tomará a decisão apropriada de acordo com as normas em vigor.-----

----- Entrou-se de seguida no Ponto **1** da Agenda de Trabalhos - «Apreciação de uma informação do Sr. Presidente da Câmara»;------

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que sucintamente apresentou o andamento das diversas obras, conforme explanado no documento entregue as todos os membros da Assembleia Municipal.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Prof. Abel Carapeto para manifestar o seu agrado pela realização de obras de recuperação na antiga escola primária de Outil, tendo em vista a sua utilização para outras funções. Gostaria no entanto que na antiga escola de Vila Nova também fosse alvo de intervenção, dado que o edifício o merece.-----

----- Da parte do Sr. Presidente da Câmara foi esclarecido que neste momento a Câmara tem já pronto o projecto para a recuperação do edifício da antiga escola primária de Vila Nova. No entanto, a execução de obras mais profundas nos equipamentos pressupõem que o mesmo depois seja utilizado. E para isso temos de ter a envolvimento de toda a comunidade (Junta, Associações, Igreja).-----

----- A Assembleia Municipal tomou conhecimento.-----

----- Passou-se de seguida ao Ponto **2** - «Apreciação, discussão e votação do Plano de Saneamento Financeiro – 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Ano de 2011»;------

----- Foi dada a palavra ao Sr. presidente da Câmara que solicitou que o mesmo fosse apresentado pela Sr^a. Vice-Presidente da Câmara. Tomando a palavra a Sr^a. Vice-Presidente informou que na sequência da aprovação em reunião do executivo camarário de 15 de Dezembro de 2009 e respectivo consentimento da Assembleia

Municipal, em 23 de Dezembro do mesmo ano, foi efectuada a contratação de um empréstimo de longo prazo no âmbito de uma operação de saneamento financeiro, regulamentado pelo artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, e pelo Decreto-lei n.º 38/2008, de 07 de Março, adjudicado ao sindicato bancário constituído pelo Banco BPI, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no valor de 16.000.000,00 euros. No sentido de se dar cumprimento ao estipulado na alínea c) do n.º 4 do artigo 40.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, a Câmara Municipal está obrigada a elaborar relatórios semestrais sobre a execução do plano financeiro da operação e a remetê-los para a apreciação aos órgão deliberativos, bem como remeter o respectivo relatório, no prazo de 30 dias após o terminus de cada semestre, aos membros do governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais, de acordo com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 07 de Março. É neste sentido que se remete o primeiro relatório semestral de 2011, reportado à data de 31 de Março de 2011, para sua apreciação e votação da Assembleia Municipal. Ressalvou que este 1º. Relatório não terá os valores tão certos como o Relatório a apresentar com incidência a 31 de Dezembro.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Dr. Carlos Ordens para questionar qual o período concreto do Relatório e se estão a ser cumpridos os prazos impostos.-----

----- Da parte da Srª. Vice-Presidente foi dito que o Relatório tem de ser semestral, mas como este processo se iniciou em Setembro de 2010, obrigatoriamente tem de ter dados dos Relatório de Gestão de 2010 – Setembro a Dezembro. Quanto aos prazos para apresentação do relatório estão a ser integralmente cumpridos.-----

----- De seguida falou a Srª. Drª. Dulce Santos sendo de opinião de que o presente ponto não será para votação, mas somente para discussão e conhecimento dos membros da Assembleia Municipal. Parece-lhe não fazer sentido votar um relatório.-

----- Da parte da Sr^a. Vice-Presidente foi dito que era mais seguro o documento em análise ser votado, até porque é um documento que tem que ser remetido aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças e das Autarquias Locais a fim de dar cumprimento ao estipulado no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de Março. -----

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi o documento do Plano de Saneamento Financeiro – 1.º Relatório Semestral de Acompanhamento do Ano de 2011 colocado a votação, tendo o mesmo sido aprovada por maioria, com 27 votos a favor e 4 abstenções. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto **3** – «Apreciação, discussão e votação da proposta de renovação da isenção do IMI dos imóveis propriedade da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia»; -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara que informou que a ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e o BIOCANT – Associação para a Transferência e Tecnologia, são associações privadas sem fins lucrativos, sediadas no Parque Tecnológico de Cantanhede, e das quais o Município de Cantanhede também é associado, com a maior parte do património associativo, prosseguem no município uma actividade de relevante interesse público na área da Biotecnologia. O Biocant Park, referência a nível nacional, é o primeiro parque de biotecnologia em Portugal, cujo objectivo é patrocinar, desenvolver e aplicar o conhecimento avançado na área das ciências da vida, apoiando iniciativas empresariais de elevado potencial, tendo sido possível estabelecer uma estratégia de desenvolvimento que promove, simultaneamente, o empreendedorismo e o crescimento económico, no qual estão já edificadas e totalmente ocupados três edifícios. Para dar continuidade à sua fase de

expansão e uma vez que continua a fazer-se sentir uma crescente procura de espaços para acolhimento de mais empresas interessadas em se instalar de imediato, torna-se necessário a construção de outro edifício para além de duas unidades de investigação científica na área da biotecnologia instaladas no referido parque. Trata-se de desenvolver uma actividade de enorme interesse para o município e para a região, até porque, como se sabe, são também associados da ABAP, entre outros, alguns municípios limítrofes de Cantanhede e entidades universitárias como a Universidade de Coimbra e de Aveiro, levando a que investigadores estrangeiros possam fixar-se no país ou a evitar que investigadores nacionais se sintam obrigados a deslocar para países onde a sua actividade seja reconhecida e facilitada por lhe serem oferecidas melhores oportunidades e condições de trabalho. São pertença da ABAP os artigos matriciais urbanos da freguesia de Cantanhede n.º. 05836 e os artigos n.ºs. 5846 e 6911. 6. É pertença do BIOCANT o artigo urbano da freguesia de Cantanhede n.º. 6748 e 7239. 7. Os artigos atrás referidos foram isentos de IMI, pelo período de 5 anos, deliberado sob proposta desta Câmara Municipal de 19 de Junho de 2007 e em sessão da Assembleia Municipal realizada no dia 29 de Junho de 2007, bem como os prédios que viessem a ser construídos, por igual período, a contar da data da sua construção, como é o caso do artigo n.º 7239 que têm isenção até ao ano de 2014. 8. Refere a Lei das Finanças Locais, Lei n.º. 2/2007, de 15 de Janeiro, no art.º. 12.º, n.º. 2, que a Assembleia Municipal, pode, por proposta fundamentada da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos ou outros tributos. O n.º. 3 do mesmo artigo refere que tal isenção pode verificar-se por um período de 5 anos podendo ser renovado por uma vez, com igual limite temporal. O IMI é, nos termos da mesma Lei,

um imposto municipal, conforme decorre do artº. 10º, alínea a). Pode assim a Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, isentar de IMI as referidas associações, com base em proposta fundamentada. Assim: Não pretendendo fazer daquele artº. 12º, que regulamenta as isenções e benefícios fiscais, uma norma de utilização corrente vulgarizando sua aplicação, entendo que na presente situação, face aos argumentos aduzidos de relevante interesse municipal nas actividades técnico-científicas prosseguidas; Actividades essas de enorme relevância para o Município e que se enquadram na orientação e linhas estratégicas definidas pela Câmara Municipal para o seu desenvolvimento técnico, económico e social; E tendo ainda em conta que o Município é associado de ambas as associações, com a maioria do património associativo; Entende justificar-se a renovação da concessão da isenção à ABAP e ao BIOCANT do pagamento do IMI respeitante aos prédios supra referidos, ou do IMI dos prédios urbanos que venham a ser construídos nos lotes para construção urbana indicados, pelo período de 5 anos. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Engº. Pedro Carrana perguntando qual o montante de IMI que se vai isentar, porque esta isenção não deixa de ser um apoio que a Câmara está a dar à ABAP e ao BIOCANT. -----

----- Seguidamente foi dada a palavra ao Sr. Prof. Armindo Grilo que declarou ter ficado um pouco confuso com o teor de uma parte do documento em análise, concretamente no ponto três onde é referido que «... *continua a fazer-se sentir uma crescente procura de espaços para acolhimento de mais empresas interessadas em se instalar de imediato, ...*». Ora se há tanta procura dos espaços de acolhimento o BIOCANT estará numa situação financeira boa, pelo que tem dúvidas se será necessário que beneficiem de isenção do IMI. -----

----- Foi dada a palavra ao Sr. Presidente da Câmara para prestar os esclarecimentos solicitados começando por informar que os edifícios pertencem a uma associação privada sem fins lucrativos em que a Câmara Municipal é detentora de quase todo património. No caso, por exemplo, da BIOCANT é detentora de 99,93% do património. A isenção do IMI está prevista na lei, devidamente justificado. Por isso não deixa de estar a isentar-se a si mesma. Estamos a isentar um imóvel e não uma empresa. As empresas que ali estão colocadas pagam uma renda para lá estar. A Câmara desde o início que apoiou este projecto que julga ser um plano estratégico de investimento para o Município e para a região, pelo que faz todo o sentido renovar por mais 5 anos a isenção do IMI.-----

----- Após discussão do assunto e não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi a proposta de renovação da isenção do IMI dos imóveis propriedade da ABAP – Associação Beira Atlântico Parque e da Biocant – Associação de Transferência de Tecnologia posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto 4 - «Apreciação, discussão e votação da proposta de alienação à ABAP – Associação Beira Atlântico Parque dos lotes n.ºs 14 e 15 da Zona Industrial de Cantanhede, integrados no Parque Tecnológico de Cantanhede, com a conversão do valor da venda no aumento de participação do Município no património associativo daquela Associação;» -----

----- O Sr. Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção informando de que a ABAP - Associação Beira Atlântico Parque, Associação privada sem fins lucrativos, constituída maioritariamente pela Câmara Municipal de Cantanhede, é a entidade dinamizadora e gestora de todo o Biocant Park, espaço de referência na sua área e considerado o primeiro Parque de Biotecnologia em Portugal. O Biocant Park ocupa actualmente uma área de 7 hectares na Zona Industrial de Cantanhede (Parque

Tecnológico de Cantanhede) e engloba, o edifício do Centro de Inovação em Biotecnologia, Biocant PME's e o edifício sede, para além de um conjunto de lotes disponíveis para a construção de edifícios para empresas e centros de investigação em biotecnologia. Focada na investigação e desenvolvimento aplicado em ciências da vida, com o objectivo de criar produtos e serviços inovadores em biotecnologia, a Biocant - Associação de Transferência de Tecnologia, proprietária do edifício do Centro de Inovação em Biotecnologia, conta actualmente com sete unidades distintas: a microbiologia e a biofairway, são duas unidades que prestam serviços de análise especializados; a biologia celular estuda a composição da célula, a unidade fundamental de todos os organismos vivos e os seus mecanismos de funcionamento com o objectivo de desenvolver novas formas de diagnóstico e prognóstico para diversas doenças; a biotecnologia molecular está direccionada para a pesquisa e produção de proteínas de interesse biotecnológico com a aplicação nas áreas biomédica ou na indústria agro-alimentar; a genómica desenvolve I&D nas áreas da sequenciação de ADN, análise de ácidos nucleicos e expressão genética e tem como objectivos desenvolver novos produtos para as indústrias agro-alimentares, farmacêutica e biotecnológica; a unidade de sistemas biológicos combina o desenvolvimento de tecnologias pós-genómicas com o uso intensivo da matemática na procura da compreensão integrada de processos e mecanismos biológicos; e finalmente a unidade de serviços avançados está vocacionada para o desenvolvimento de projectos I&D e prestação de serviços baseados na sequenciação de DNA e espectrometria de massa. Mais se refere que no seu plano de expansão o Biocant Park, prevê a construção dos seguintes edifícios: - O Biocant PME'S, já edificado no lote n.º 4A, inaugurado em Fevereiro do ano passado, financiado pelo QREN, representa o terceiro edifício alojado no Biocant Park,

integralmente ocupado por empresas de biotecnologia. - O CNC Biotech, a edificar nos lotes 8, 9 e 10, traduz-se num edifício laboratorial para alojar o Centro de Neurociências de Coimbra. O CNC é o primeiro laboratório associado do país e o maior centro de investigação da região centro e transferirá para Cantanhede a investigação fundamental da área de Biotecnologia e o programa de formação avançada em ambiente empresarial. Este projecto encontra-se numa fase adiantada de maturidade e reúne as condições para que a sua edificação se inicie em finais do presente ano. - O Biocubo, a edificar no lote 11, irá traduzir-se num edifício do Centro de Realidade Virtual especializado em Ciências da Vida. - O Biopilot, a edificar em lote a definir, destina-se a uma unidade industrial de biotecnologia à escala piloto. Pelo exposto e com vista à integral implementação do seu plano de expansão, torna-se necessário disponibilizar lotes de terreno com vista à edificação de mais um edifício, o Biocant III, a construir no lote 14 e 15, actualmente da propriedade do Município. Esta infra-estrutura traduzir-se-á num edifício com espaços mistos/moduláveis para a instalação de empresas de biotecnologia que necessitem de espaço laboratorial próprio, mas com acesso a recursos humanos qualificados e a equipamento científico de vanguarda disponível no Centro de Inovação, bem como a integração num ecossistema único para a promoção da bioeconomia que se traduz como aspectos fundamentais na atracção e fixação de novas iniciativas empresariais nacionais e estrangeiras de biotecnologia. A construção deste novo edifício permitirá disponibilizar instalações a mais 10 empresas e consolidar definitivamente o Biocant Park como o local de eleição para a promoção da biotecnologia em Portugal. Todas estas infra-estruturas foram ou irão ser objecto de candidatura ao programa estratégico do INOV-C, inserido no Eixo 1 - Competitividade, Inovação e Conhecimento do MaisCentro - Programa Operacional

Regional do Centro e têm em vista a expansão e consolidação da rede regional de infra-estruturas de acolhimento e apoio a actividades de Ciência e Tecnologia (Parques de Ciência e Tecnologia e Incubadoras de Empresas de Base Científica e/ou Tecnológica) e a valorização económica e social dessas actividades e de resultados de Investigação e Desenvolvimento, bem como a promoção de processos de transferência de tecnologia entre entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional e o tecido produtivo. Para consolidação do Parque Tecnológico de Cantanhede e para a implementação dos projectos anteriormente referidos, mostra-se necessário transferir para a ABAP - Associação Beira Atlântico Parque o direito de propriedade sobre os prédios correspondentes aos lotes 14 e 15 situados no perímetro definido no PU como Zona Industrial de Cantanhede e destinados ao Parque Tecnológico de Cantanhede, identificados no 4º. Aditamento ao alvará de loteamento n.º 9/2002, com as seguintes características: - O Lote n.º. 14, com a área de 3.000 m2, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Cantanhede sob o artigo n.º. 7245, descrito na Conservatória do Registo Predial pela inscrição 12358/20100923; - O Lote n.º. 15, com a área de 3.000 m2, inscrito na matriz predial urbana da freguesia de Cantanhede sob o artigo n.º. 7246, descrito na Conservatória do Registo Predial pela inscrição 12359/20100923. De acordo com a avaliação elaborada pelo Senhor Director de Departamento de Urbanismo – Eng. António Abreu, o valor dos citados prédios é de 210.000,00 €, ou seja, 105.000,00 € cada lote. Considerando o exposto propõe-se a transferência para a ABAP - Associação Beira Atlântico Parque do direito de propriedade sobre os prédios anteriormente identificados, com a área total de 6.000,00 m2, pelo valor global de 210.000,00€, correspondendo a cada um dos lotes as áreas de 3,000,00 m2 e o valor de 105.000,00 €, sendo que o valor devido pelos prédios será convertido em

participação do Município de Cantanhede no património associativo. Mais se propõe a entrega à ABAP - Associação Beira Atlântico Parque da quantia de 15.500,00€, constituindo reforço no património e para suporte do investimento corpóreo do projecto, passando o Município de Cantanhede a ser titular de uma participação no património social de 2.162.687,00€ -----

----- Pediu a palavra o Sr. Dr. Carlos Ordens questionando qual a mais valia em termos económicos da Biocant. Questiona também se a avaliação dos imóveis não poderia ser efectuada por um avaliador externo. -----

----- Começando por responder à última parte da pergunta do Sr. Dr. Carlos Ordens, o Sr. Presidente da Câmara informou que relativamente à avaliação dos terrenos foram seguidas as regras e procedimentos anteriores, que sempre foram correctas. Quando ao retorno da presença do Biocant no Município «vê-se» pelos quadros licenciados que estão a trabalhar no Biocant e que já optam por vir residir para Cantanhede. Os investigadores que visitam Cantanhede por força de virem ao Biocant. A opção de algumas universidades ou entidades de virem àquele espaço fazer reuniões. Tudo isto são indicadores económicos para o Concelho. Dados mais concretos não temos de momento. -----

----- Pediu a palavra o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Cordinhã para afirmar que neste momento Cantanhede é já uma referência a nível nacional, por termos da Biocant. É uma dinâmica para o Concelho de Cantanhede. -----

----- Da parte do Sr. Dr. Carlos Ordens foi dito que ficou satisfeito com a resposta do Sr. Presidente quanto aos dividendos indirectos que o Concelho de Cantanhede está a retirar com a presença da Biocant. Da sua parte sempre defendeu este projecto.-----

----- Interveio ainda o Sr. Presidente da Câmara para complementar que neste momento, e por via do Centro de Neurociências estar para integrar a Biocant, os projectos passaram a estar mais vocacionados para a áreas das ciências da saúde e da biodiversidade. Neste sentido, há já alguns projectos de investigação no terreno sobre a agricultura. -----

----- Não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi a proposta de alienação à ABAP – Associação Beira Atlântico Parque dos lotes n.ºs 14 e 15 da Zona Industrial de Cantanhede, integrados no Parque Tecnológico de Cantanhede, com a conversão do valor da venda no aumento de participação do Município no património associativo daquela Associação posta a votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- Passou-se de seguida ao Ponto **5** - «Apreciação, discussão e votação da 3.ª Revisão ao Orçamento e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2011.»-----

----- Tomando a palavra a Sr.ª Dr.ª Helena Teodósio informou que o Projecto da 3.ª Revisão ao Orçamento e 2.ª Revisão às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2011 importa, na despesa, na importância de 281.314,00 € (duzentos e oitenta e um mil trezentos e catorze euros). Por parte da Sr.ª Vice-Presidente, Dr.ª Helena Teodósio, foram prestados os esclarecimentos julgados necessários sobre os documentos em apreço, informando que esta revisão tem a haver com a criação de algumas rubricas novas necessárias para a execução de alguns projectos, como é o caso da construção e beneficiação da ciclovia Cantanhede-Tocha; Benfeitorias no bar da Praia Fluvial dos Olhos da Fervença e o reforço de uma rubrica relacionada com o património associativo na ABAP.-----

----- Pediu a palavra o Sr. Engº. Pedro Carrana questionando sobre a rubrica para a aquisição da antiga capela da Misericórdia, projecto que continua sem se concretizar.-----

----- Da parte do Sr. Presidente da Câmara foi esclarecido que, dado não se ter conseguido chegar a acordo com os proprietários quanto ao valor da indemnização da posse da capela, a Câmara desistiu do projecto.-----

----- Após discussão do assunto e não havendo mais pedidos de esclarecimento, foi a proposta da 3.ª Revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano do Município de Cantanhede para o ano de 2011 posta a votação, tendo sido aprovada por maioria, com 24 votos a favor e 5 abstenções.-----

----- Por fim, a bancada do Partido Social Democrata apresentou uma proposta para que todos os assuntos apreciados nesta sessão fossem aprovados em minuta para efeitos imediatos. Esta proposta, após votação, foi aprovada por unanimidade. -

----- Finalmente, sendo 20 horas e 15 minutos, o Senhor Presidente da Assembleia deu a sessão por encerrada, da qual se lavrou a presente acta para constar, que vai ser assinada pelos membros da Mesa.-----

----- O Presidente:

----- O Primeiro Secretário:

----- A Segunda Secretária: